

Descaso do Governo ameaça as reservas florestais

Cláudio Rocha

As unidades de conservação ambiental do Espírito Santo estão ameaçadas pela falta de vontade política dos governos federal, estadual e municipais, segundo técnicos que militam na defesa do meio ambiente. Sem ações concretas, os órgãos competentes pouco fizeram para impedir o desaparecimento de reservas e a redução drástica de áreas como Comboios, Forno Grande e Córrego do Veado, que hoje só têm cerca de 10% da área existente quando foram criadas. Apesar de a própria Constituição Estadual prever a implantação de 22 unidades de conservação em prazos determinados, o Governo do Estado já perdeu de

longe esses prazos, como admitiu o secretário de Meio Ambiente, Jarbas Ribeiro de Assis Júnior. Para piorar a situação, as poucas áreas que realmente saíram do papel não contam com uma estrutura mínima e a fiscalização, quando existe, leva desvantagem para os agressores potenciais. O Instituto de Terras, Cartografias e Florestas (ITCF), órgão responsável pela fiscalização da maioria das Unidades de Conservação do Estado, não contrata um guarda florestal desde 1986. E o número que existe hoje, segundo o chefe da Seção de Parques e Reservas do ITCF, Édson Valpassos, é insuficiente para garantir a segurança de espécimes da fauna e flora ameaçados de extinção.

Uma quantidade considerada insignificante pelo engenheiro florestal, diante das muitas ameaças que rondam as reservas.

Fogo

De todas, a que mais assusta Newton Sarmento são os incêndios, principalmente nesta época do ano, no Norte do Estado. Ele explica que o período é de seca na região e que em caso de incêndio os guardas florestais que atuam nas áreas de proteção por lá têm pouco a fazer, por falta de equipamentos e de fiscais suficientes para atender às unidades.

Com o fogo, Newton Sarmento de Amorim explica que quase sempre se perdem espécies cada vez mais raras nas nossas matas, como as árvores de madeiras consideradas nobres como o jacarandá e a peroba, e animais como a onça-pintada e a preguiça-de-coleira, ainda encontrados em algumas unidades de conservação no Espírito Santo.

O engenheiro florestal lembra

tam pouco mais de 400 hectares na reserva. O coordenador do Projeto Mata Atlântica, Sebastião Salles de Sá, reforça a preocupação com acidentes desse porte e diz que é preciso adotar uma postura mais firme para evitá-los: "Algumas perdas podem ser irreversíveis".

Pesquisa

E o que é pior, segundo Sebastião Sá, é a falta de conhecimento científico sobre o que existe nessas reservas. Para o professor universitário e biólogo Cláudio Zamprogno, a falta de pesquisas no Estado é verdadeiramente um dos graves problemas das unidades de conservação.

Além de tudo, para Édson Valpassos, a realização de pesquisas abriria um caminho maior para a preservação dessas áreas: "A gente só briga pelo que conhece. Se não conhece, por que brigar?", questiona, lembrando ser esse um pensamento comum na sociedade.

O técnico em meio ambiente e ambientalista Sebastião Alves criti-

ca de manejo, que faltam a quase todas as "reservas de papel".

Da ação predatória, Sebastião Sá ressalta uma que vem ocorrendo em área de preservação em Itaúnas. Lá, as obras do Hotel Barramar, dentro da área, vêm sendo feitas através de liminares na Justiça e já provocaram o desvio da foz que leva o nome da localidade. O hotel é de propriedade do ex-deputado federal Pedro Ceolin.

Soluções

E como resolver os problemas e dotar as unidades de conservação no Estado de estrutura para suportar as agressões? Sebastião Alves quer ver aplicadas as discussões do seminário sobre a criação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, ocorrido em março último, na reserva florestal da Reserva Rio Doce, em Linhares.

Ele reclama da lentidão na aplicação das propostas e do isolamento dos órgãos oficiais. Para ele, o sistema só vai dar certo se respeitar as pessoas que participaram de sua elaboração: "Estamos cansados de

discutindo".

Além do plano de manejo, que para Sebastião Alves permitiria um uso racional do solo, ele defende ainda a unificação de ação dos órgãos públicos com ações que influenciem o meio ambiente. Entre eles, ele cita a Seama, o ITCF, Emater e até o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER), que deveria ter um conhecimento maior dos efeitos para o meio ambiente das obras que realiza.

Também o secretário de Meio Ambiente, Jarbas Ribeiro, Sebastião Sá e Édson Valpassos defendem a criação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, como uma medida fundamental para a preservação dessas áreas. Jarbas quer ainda a unificação de comando — hoje Seama e ITCF praticamente disputam a administração das reservas do Estado — e a criação de parcerias com a iniciativa privada para investir na estruturação das unidades, em troca, dependendo da região, de uma explora-

ção de produtos naturais comercializados. Para o secretário do Meio Ambiente de Vitória, César Colnago, o maior desafio, verdadeiramente, é conseguir resolver os problemas sociais da população, sem o que, segundo ele, será muito difícil acabar com a degradação das reservas, como em Vitória, onde as unidades de manguezais, como a do Lameirão, sofrem uma grande pressão, devido à invasão para fixar moradia e para depósito de lixo. Nas suas margens, na última semana, se chegou a montar um parque.

Quase por unanimidade, o modelo a ser seguido para resolver os problemas das unidades de conservação do Estado são das reservas e parques administrados pelo setor privado, com destaque para Reserva da Floresta Rio Doce, subsidiária da Vale do Rio Doce. Entre as públicas, a de Comboios, administrada pela Fundação Projeto Tamar/Ibama, é de maior sucesso junto ao público. Das 35 unidades existentes no Estado, 11 são admi-



Sem ações governamentais para preservá-las, as reservas florestais do Estado estão ameaçadas de extinção, principalmente pelo desmatamento

Fotos de Chico Guedes

de Amorim lembra que só em Santa Teresa, onde atua há mais de 10 anos, cerca de 50 pessoas já trabalharam na fiscalização e hoje esse número é de apenas oito fiscais.

O engenheiro florestal lembra do incêndio ocorrido em 1986 na Reserva do Córrego do Veado, em Pinheiros, que destruiu mais de 80% de mata nativa — agora res-

ambientalista Sebastião Alves critica a falta de estudos que permitiriam, inclusive, conhecer as características de cada uma das áreas de proteção — os chamados planos

elaboração: “Estamos cansados de ficar recheando discurso de secretários e do Governo e depois eles não implantam nossas propostas e nem nos chamam para continuar

dendo da região, de uma exploração turística.

Já Édson Valpassos pensa numa espécie de imposto designado para as unidades de conservação

existentes no Estado, 11 são administradas pelo Governo federal, três pela iniciativa privada, 10 pelo Governo do Estado e 11 pelos municípios.

Áreas de conservação, só no papel

De acordo com o Artigo 45 da Constituição Estadual, que trata das disposições transitórias, o Governo do Estado e os municípios tinham dois anos para identificar, medir e demarcar 22 áreas, predefinidas, como unidades de conservação, além de cinco anos para implantá-las. O primeiro prazo venceu em 5 de outubro de 1991, enquanto o segundo só venceu em 5 de outubro do ano que vem, tempo que o próprio secretário de Estado do Meio Ambiente, Jarbas Ribeiro de Assis Júnior, diz ser impossível para a implantação das novas unidades.

Boa parte delas já foi criada no papel, mas que na prática não tem ainda nenhuma estrutura que permita o trabalho de conservação da área. Mesmo reconhecendo o problema, o secretário defende a assinatura dos decretos de criação, lembrando que a partir desse ato as áreas — pelo menos na teoria — teriam proteção legal, impedindo que pessoas modifiquem as suas características.

Mas na verdade, apesar da assinatura, nem sempre a simples “disposição” de criar uma reserva ou um parque impede sua gradual destruição. Um bom exemplo é o Parque Estadual de Setiba, criado em 5 de junho de 1990 — apenas no papel — e insistentemente agré-

dido por incêndios, ainda não muito bem esclarecidos, e pela atividade de extração de areia.

A verdadeira implantação do Parque de Setiba, como da maioria das unidades já existentes do Estado, depende do pagamento de desapropriação aos donos da terra. E como existe um prazo legal — cinco anos a partir da criação da reserva —, muitas dessas áreas podem voltar para as mãos de particulares, o que certamente tornaria sua preservação muito mais complicada.

Uma área que já passou, e muito, do prazo é a Reserva Ecológica de Jacarenema, na Barra do Jucu, em Vila Velha. Tombada pelo Conselho Estadual de Cultura em 1986, Jacarenema continua a ser da família Oliveira Santos, segundo o prefeito de Vila Velha, Vasco Alves, já que a indenização não foi paga. A região sofre muitos problemas de deposição de lixo e é constantemente invadida.

O prefeito de Vila Velha explica que apesar da Reserva estar dentro do município, a competência de administrá-la é do Governo do Estado e que a Prefeitura só divide a fiscalização da área, uma atividade considerada muito complicada, já que o Estado ainda não teria demarcado todo o território. “Um diz que a reserva vai até ali, outro

diz que até aqui. Na verdade, ninguém sabe direito”, justifica Vasco.

Apesar dos custos altos com as desapropriações, o coordenador do Projeto Mata Atlântica pela Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama), Sebastião Salles de Sá, acredita que o problema seja a vontade política. E ele exemplifica: “Se o Estado quer construir uma rodovia, usa esse instrumento (a desapropriação) para garantir a construção da obra e depois a questão é irreversível”.

Sumiço

Mas o chefe da Seção de Parques e Reservas do ITCF, Édson Valpassos, lembra que muitas das unidades criadas no Estado eram de terras devolutas que acabaram tendo uma destinação diferente da que deveriam, o que, na visão dele, é um reflexo da falta de empenho do Estado em aproveitar essas áreas.

A falta de interesse do Estado em preservar essas unidades, segundo Édson Valpassos, se traduz na redução exagerada de áreas como da Reserva Biológica de Comboios, entre Linhares e Aracruz, que de 10 mil hectares, quando foi criada, em 1953, tem hoje apenas 833 hectares, ou da Reserva Florestal do Forno Grande, em Castelo,



Criado apenas no papel, o Parque Estadual de Setiba está sendo destruído por empresas extratoras de areia

criada ainda em 1960 e reduzida de 5 mil para 659 hectares.

Algumas reservas, entretanto, tiveram pior sorte e sucumbiram diante do descaso do poder público. É o caso da Reserva Florestal do Riacho Doce, em Conceição da Barra, criada em 1949 e da qual hoje não se tem mais nenhum hectare disponível.

E a situação é mais grave, se-

gundo o técnico em meio ambiente e um dos ambientalistas mais atuantes do Estado, Sebastião Alves, porque nem todos os ambientes do Estado estão representados nas 35 unidades de conservação do Espírito Santo. Para isso, de acordo com ele, seria necessária a criação de novas unidades, o que é muito difícil num Estado em que poucas unidades de conservação

criadas verdadeiramente deixaram o papel.

Somando-se toda área destinada por decretos à preservação ambiental no Estado, segundo o coordenador do Projeto Mata Atlântica no Estado, Sebastião Sá, isso representaria aproximadamente 3% do território do Espírito Santo. Número que, para ele, merece uma atenção especial.



Mesmo tombada pelo Conselho Estadual de Cultura, Jacarenema continua a ser uma propriedade particular

As unidades de conservação

Unidade	Administração	Área	Localização
Reserva Biológica de Sooretama	Ibama	25 mil ha	Linhares
Reserva Biológica Augusto Ruschi	Ibama	3,6 mil ha	S. Teresa
Reserva Biológica de Comboios	Ibama	833 ha	Linhares
Parque Estadual da Fonte Grande	ITCF	218 ha	Vitória
Parque Estadual de Setiba	Seama	1,5 mil ha	Guarapari
Parque Estadual de Itaiunas	Seama/ITCF	3,1 mil ha	C.da Barra
Reserva Estadual de Duas Bocas	ITCF	2,9 mil ha	Cariacica
Reserva Florestal de Forno Grande	ITCF	659 ha	Castelo
Área de Proteção Ambiental do Mestre Álvaro	ITCF	3,5 mil ha	Serra
Estação Ecológica Municipal da Ilha do Lameirão	Semmam	892 ha	Vitória

Espécies em extinção no ES

Flora
— Jaearandá
— Peroba
— Louro
— Mussutaíba
— Cedro
— Brauna
— Jequitibá
Fauna
— Mutum do Sudeste (ave)
— Tucano do bico preto (ave)
— Macuco (avê)
— Onça pintada
— Preguiça de coleira
— Sagui da Serra
— Barbado
— Mora (maior primata da região neo-tropical)